



ENTRE O TRONO, O ALTAR E A PALAVRA: A DIFUSÃO DAS ESCRITURAS NO BRASIL COLÔNIA E IMPÉRIO E OS CAMINHOS DAS SOCIEDADES BÍBLICAS

Between Throne, Altar, and the Word: The Dissemination of the Scriptures in Colonial and Imperial Brazil and the Paths of the Bible Societies

Acyr de Gerone Junior*

Faculdade Vitória em Cristo (FVC)

DOI: 10.29327/256659.16.1-15

RESUMO:

Este artigo investiga o processo histórico de difusão das Escrituras Sagradas no Brasil, desde o período colonial até o início do Império, com especial atenção à atuação das Sociedades Bíblicas. A análise parte do contexto da evangelização católica vinculada ao padroado português, cuja estrutura político-religiosa priorizava formas mediadas de acesso ao conteúdo bíblico, como a catequese oral e a arte sacra. Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808 e a abertura aos protestantes estrangeiros, observa-se uma ampliação do acesso ao texto bíblico impresso, em especial por meio das ações da *British and Foreign Bible Society*. O estudo utiliza abordagem histórico-documental, com base em fontes primárias e bibliografia especializada, para compreender como as estratégias de difusão da Bíblia contribuíram para novas formas de religiosidade e letramento religioso no Brasil. Conclui-se que a circulação das Escrituras, antes limitada, foi progressivamente ampliada, influenciando a configuração do campo religioso no contexto lusófono.

Palavras-chave: Bíblia; Brasil Colônia; Brasil Império; Sociedades Bíblicas.

* Graduou-se em Teologia pelo Seminário Teológico Betânia, de Curitiba, e pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná (PUC-PR). É mestre em Educação pela Universidade Federal do Pará (UFPA) e doutor em Teologia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio). Concluiu estágio de pós-doutorado na Universidade Metodista de São Paulo (UMESP). É professor da Faculdade Vitória em Cristo, Rio de Janeiro/RJ, Brasil. E-mail: acyrjr@gmail.com

INTRODUÇÃO

A difusão das Escrituras Sagradas no Brasil constitui um objeto de estudo relevante para a compreensão das relações entre religião, cultura e poder no mundo lusófono. Durante o período colonial, o controle da produção e circulação de textos religiosos era regulado pela estrutura do padroado ultramarino português, no qual Igreja e Estado operavam de forma interdependente, orientando a evangelização por meio de práticas orais, simbólicas e visuais. Nesse contexto, o acesso direto à Bíblia era restrito, especialmente entre os leigos, sendo mediado por clérigos, catequistas e representações artísticas, configurando uma pedagogia religiosa condizente com os imperativos sociopolíticos da época.

Com a transição para o período imperial, sobretudo após a chegada da Corte portuguesa ao Brasil em 1808 e a abertura dos portos às nações amigas, novas possibilidades religiosas foram gradualmente instituídas. Entre elas, destaca-se a atuação das Sociedades Bíblicas — notadamente a *British and Foreign Bible Society (BFBS)* — que introduziram uma nova lógica de circulação das Escrituras, fundamentada na leitura individual, no acesso ao texto impresso e na valorização da tradução vernacular.

Este artigo tem por objetivo analisar, a partir de uma abordagem histórico-documental, as estratégias de difusão da Bíblia no Brasil entre os séculos XVI e XIX, considerando tanto os limites impostos pela política religiosa do padroado quanto as transformações introduzidas com a chegada dos protestantes e suas instituições bíblicas.

A pesquisa está fundamentada em fontes primárias (cartas missionárias, relatórios das Sociedades Bíblicas e registros históricos) e em bibliografia especializada, com o intuito de compreender como essas dinâmicas contribuíram para a formação de novas práticas de letramento religioso e para o surgimento de diferentes formas de expressão da fé cristã no Brasil. Ao fazê-lo, busca-se ainda dialogar com os debates contemporâneos sobre os catolicismos lusófonos e os impactos da religião na constituição das identidades culturais no contexto da expansão portuguesa.

A DIFUSÃO DAS ESCRITURAS SAGRADAS NO BRASIL COLÔNIA: A AUSÊNCIA DA BÍBLIA

Na América Latina, missionários portugueses e espanhóis ajudaram a construir uma sociedade pautada nos valores e na ética católica. A colonização estava atrelada à propagação da fé, algo fundamental para o contexto daquela época. No caso da chegada dos missionários ao Brasil, mais especificamente, o que se sabe é que, “como acontecia em todas as viagens portuguesas, havia capelães a bordo. No caso de Cabral em sua descoberta do Brasil vieram oito franciscanos junto com o frei Dom Henrique Soares de Coimbra” (César, 2000, p. 20), que celebrou a primeira missa no país.

Deste modo, desde o início, o Brasil, como colônia de Portugal, foi fundamentalmente marcado pela evangelização católica. Aliás, mais do que isso, pelos trezentos primeiros anos da história do Brasil, aproximadamente, houve uma intrínseca relação entre a Igreja e o Estado. Afinal, a conquista da terra a ser colonizada ocorria sob vários aspectos, entre os quais, a conquista política, social e religiosa, todas acontecendo de forma concomitante. De fato,

no final da Idade Média, a forte integração entre a Igreja e o Estado na Península Ibérica deu origem ao fenômeno conhecido como “padroado” ou “patronato real”. Pelo Padroado, a Igreja concedia a um governante civil certo grau de controle sobre uma igreja nacional, em recompensa por seu zelo cristão e como incentivo para futuros benefícios em favor da Igreja. Entre 1455 e 1515, quatro papas concederam direitos de padroado aos reis portugueses [...] (Giraldi, 2012, p. 49).

Sob tais fatos se tem, portanto, uma relação indissociável. A coroa era por natureza católica, e a Igreja Católica era estatal. Neste mesmo período da chegada dos colonizadores ao Brasil, como reação à Reforma Protestante que havia abalado a Europa, a Contrarreforma (1545 – 1648) havia estabelecido algumas estratégias, entre as quais a recém-criada Companhia de Jesus, que exerceu significativa participação no desejo católico de resgate e propagação da fé ao mundo. E foi assim que os jesuítas chegaram ao Brasil alguns anos depois da chegada dos colonizadores portugueses, com a desafiadora missão de cristianizar os povos que viviam nas terras “tupiniquins”.

Pouco se sabe a respeito das Bíblias que vieram em suas bagagens. Apesar disso, os missionários jesuítas, que chegaram ao Brasil em 1549, “passavam adiante o material bíblico oralmente, como nos primeiros tempos” (Miller e Huber, 2006, p. 184). Assim foi o início da difusão das Escrituras no Brasil, isto é, era uma distribuição voltada para a oralidade do conteúdo bíblico, e não pelo exemplar

da Escritura em si. Essa realidade será alterada mais de duzentos anos depois, com a expulsão dos jesuítas do país e, posteriormente, com a chegada do rei de Portugal, D. João VI, em 1808 ao Brasil.

Nessa perspectiva, vale ressaltar a advertência crítica de Terra (1988) sobre a difusão das Escrituras no Brasil entre os séculos XVI e XVIII. Para ele, “há uma tendência hoje em se fazer uma auto-crítica negativa e arrasadora de nossa primeira catequese e evangelização. Nossos primeiros missionários não teriam valorizado a Sagrada Escritura! A Revelação Bíblica seria a grande ausente na formação cristã do Brasil” (Terra, 1988, p. 4). De fato, essa é uma questão a ser mais bem compreendida. Afinal, historicamente, percebe-se que, se por um lado, religiosidade é o que não faltava aos portugueses na época colonial no Brasil, por outro, o desconhecimento do uso das Escrituras nesse período e da consequente evangelização realizada no Brasil é uma realidade histórica. Não obstante, poucas obras tratam do assunto.

Terra (1988), em contraposição a essa percepção, procura destacar que o país colonizador, isto é, Portugal, era, na época, um país de referência na produção da exegese bíblica no mundo. Seu primeiro critério de análise é a produção exegetica. Por influência de uma colônia judaica existente em Portugal, a exegese portuguesa se desenvolveu fortemente entre os séculos XVI e XVIII. Considerando que o Brasil era a principal Colônia portuguesa, possivelmente desfrutou desse conhecimento bíblico. Sabe-se, por exemplo, que os missionários Antonio Vieira e José de Anchieta, junto a outros pregadores e missionários jesuítas, tinham notório conhecimento bíblico e das línguas originais¹.

Constata-se, por exemplo, que os “sermões de Vieira são todos elaborados à base de textos bíblicos” (Terra, 1988, p. 6). Esse autor destaca que nos volumes que compunham os sermões de Vieira, por exemplo, 526 páginas eram compostas de mais de 11.000 citações bíblicas (Terra, 1988). Todavia, uma ressalva se faz necessária. Toda essa produção exegetica refletida em algumas publicações bíblicas, apesar de abundante, se limitava normalmente aos clérigos e aos estudantes de teologia. O povo não tinha tanto contato com as Escrituras, com o livro sagrado.

Trata-se, portanto, de acesso para um público específico dentro da Igreja. Considerado tal ausência – comum no modelo católico de evangelização medieval – e na tentativa de suprir essa lacuna, “era com a Bíblia na mão que Anchieta cada dia evangelizava os índios. Nas suas excursões levava consigo um exemplar ilustrado da Bíblia e, através das imagens desenhadas, ia revelando aos índios os mistérios da Revelação cristã” (Terra, 1988, p. 48).

¹ Anchieta (1534-1597) e Vieira (1608-1697) são as grandes referências sobre o trabalho de evangelização da Igreja Católica nos tempos coloniais. Além disso, eles fundaram escolas, hospitais e cidades, inclusive capitais brasileiras. Anchieta foi canonizado pelo Papa Francisco em 2014 e recebeu o título de “Apóstolo do Brasil”. Foi ele que também criou o primeiro dicionário ilustrado da língua tupi no Brasil, em 1595. O tupi era nessa época a língua mais falada na costa do Brasil. Cf. NUNES, J. H. *Dicionários no Brasil: análise e história*. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP, 2006.

Existem relatos em cartas escritas por Anchieta que contam sobre a curiosidade e a atenção dispensada pelos indígenas nessas histórias. Além de ver as imagens, eles também cantavam algumas canções compostas com base nos Salmos, tanto em português quanto em tupi (Terra, 1988). Além disso, o teatro religioso também serviu como uma ferramenta importante na catequese bíblica. Inclusive, esse tipo de estratégia chegou a sofrer certa restrição por algumas pessoas de Roma “que não compreendiam o grande valor evangelizador das representações dramáticas de cenas bíblicas” (Terra, 1988, p. 53).

A arte também foi um meio de evangelização com a Bíblia no Brasil. Em muitas cidades do Norte e do Nordeste, há significativo registro “das cenas bíblicas pintadas em painéis, azulejos ou afrescos de nossas igrejas e catedrais do período colonial” (Terra, 1988, p. 63). Considerando a importância dessas obras para a difusão das Escrituras, Terra (1988) denomina esse trabalho de “Bíblias de cerâmica” ou “Bíblias dos pobres”.

A cidade de Congonhas, no estado de Minas Gerais, por exemplo, apresenta uma das mais importantes obras de arte relacionadas à Bíblia do século XVIII. Ali, a Bíblia foi talhada em cedro e esculpida em pedra-sabão em várias estátuas que representam cenas (passos da Paixão de Cristo) e personagens bíblicos (profetas do Antigo Testamento). Deve-se lembrar que muitos desses mesmos recursos foram utilizados em muitos lugares da Europa (Dreher, 2006).

Como se constata, a colonização ibérica formou um substrato religioso cristão na população, chamado pelos cientistas da religião de matriz religiosa brasileira. Foi esta realidade que tornou possível, tempos depois, o grande interesse por conhecer a Bíblia por parte da população e, consequentemente, contribuiu com o trabalho de difusão da Bíblia no país. De fato, se a colonização do Brasil tivesse sido feita, por exemplo, pelo Império Otomano ou pelo Império Chinês, a realidade seria completamente diferente.

Foi dessa forma, portanto, que o conteúdo das Escrituras Sagradas marcou “as raízes históricas do nosso cristianismo. [...] Desde o primeiro catecismo composto no Brasil já havia essa integração” (Terra, 1988, p. 50-51). Deve-se ressaltar que, inclusive, este catecismo foi composto em tupi, a língua indígena. Na experiência protestante durante a invasão holandesa no Nordeste (1630 – 1654) consta, também, o registro de que “o pastor holandês David à Doreslaer escreveu um catecismo trilingue para os indígenas (tupi, português e holandês)” (César, 2000, p. 54).

Nesse ínterim, mesmo que de forma abreviada, se faz necessário lembrar de duas iniciativas protestantes em terras brasileiras durante o período de colonização. Afinal, Bíblias foram trazidas, lidas e distribuídas no país nessas duas situações. No Rio de Janeiro, pouco tempo depois da chegada dos jesuítas, aportou uma embarcação francesa composta de católicos e protestantes. Tratava-se de

uma iniciativa francesa, com fins econômicos, políticos e também religiosos, de estabelecer a França Antártica no Brasil. Por iniciativa dos protestantes franceses, conhecidos como huguenotes, por pouco tempo foi “organizada a primeira igreja evangélica do Brasil e da América do Sul” (César, 2000, p. 38).

Giraldi ressalta que “existem fortes indícios de que os calvinistas franceses trouxeram Bíblias para o Brasil, provavelmente na edição francesa de 1478” (2012, p. 53). Nesse ínterim, César (2000) lembra que nesta mesma ocasião, o primeiro sermão protestante realizado no Brasil teve como base bíblica um Salmo (Sl 27,4). Contudo, pouco tempo depois, esse grupo foi dissipado; alguns foram expulsos e outros foram mortos, deixando como legado a *Confissão Fluminense*, que é a primeira confissão de fé elaborada por protestantes no Brasil.

Já no século XVII, 130 anos depois da chegada dos primeiros colonizadores, no Nordeste brasileiro, protestantes holandeses chegaram a ser firmar por um bom tempo no Brasil devido à ocupação holandesa ocorrida em 1630. Até 1654, quando foram expulsos, os holandeses construíram casas e igrejas, ordenaram pastores e diáconos, batizaram indígenas e organizaram presbitérios administrativos. Além do mais, deve-se lembrar que,

no Brasil holandês, dava-se muita importância à fé e à conduta dos fiéis. Era o reflexo da Reforma Protestante de 100 anos atrás e de um movimento mais recente conhecido como puritanismo holandês. A Bíblia era a *norma credenti et agendi*, isto é, norma de fé e comportamento (César, 2000, p. 52)

Na fé protestante, a Bíblia era necessária não apenas na liturgia, mas também na vida diária dos fiéis. Nesse sentido, Mein destaca que em uma reunião ocorrida entre os líderes calvinistas holandeses que estavam em Recife foi aprovada uma resolução em que ficou “decidida a requisição de 20 Bíblias grandes para a introdução da nova tradução e uso de cada um” (1990, p. 90). Giraldi (2012) descreve, ainda, alguns trabalhos bíblicos que foram realizados pelos holandeses no Brasil. Segundo o autor, eles

também traduziram trechos da Bíblia do holandês para o português e para a língua tupi, para evangelização dos portugueses e dos indígenas [...], os protestantes holandeses não apenas começaram a ler a Bíblia durante o culto, mas passaram a distribuir exemplares dela aos membros de suas igrejas. Como ainda não existia uma tradução da Bíblia para a língua portuguesa, distribuíram a tradução da Bíblia em espanhol, a qual, devido à semelhança com o português, podia ser compreendida por alguns leitores brasileiros. [...] Numa lista de livros enviados no ano de 1624, constam Bíblias e Novos Testamentos em espanhol, os quais foram levados para o Brasil. Em 1636, o pastor Stetten, residente na Ilha de Itamaracá, em Pernambuco, escreveu uma carta à Igreja Reformada Holandesa no Brasil pedindo um exemplar da Bíblia em português, argumentando que as Bíblias em espanhol não eram bem compreendidas no Brasil. E, pouco antes da expulsão dos holandeses do Brasil, ocorrida em 1654, foi encontrado

no depósito de livros dos holandeses, em Recife, um estoque de 19 Bíblias e 84 Novos testamentos (Giraldi, 2012, p. 55-56)².

De fato, devido à centralidade das Escrituras na fé protestante, a Bíblia, em seu caráter físico, esteve presente no Brasil durante as duas experiências mencionadas acima. De qualquer forma, com as expulsões de ambos os grupos, pouco sobrou da influência e dos costumes trazidos por esses protestantes³.

Diante disto e retomando o período católico de missão, pelo menos duas constatações podem ser realizadas. A primeira é que o conteúdo bíblico foi, de fato, difundido no Brasil Colônia, de várias formas e por meio de muitas estratégias, como já visto. Nesse sentido, pode-se dizer que os jesuítas conseguiriam algum êxito em seu trabalho evangelizador com os índios. Contudo, seus esforços foram gravemente prejudicados pelos seculares que os seguiram.

A segunda constatação é a de que a Bíblia em si não foi difundida entre o povo de forma geral. Por mais que o conteúdo bíblico por meio das imagens, músicas, teatro etc. tenham sido importantes na difusão da mensagem Bíblica, elas não excluíram a importância de o povo ter acesso às Escrituras por si só. Essa realidade decorre do fato de que, no contexto colonial, “a Bíblia era propriedade dos padres e de mais alguns poucos privilegiados. A censura proibia a posse e a circulação de livros religiosos sem a aprovação da autoridade eclesiástica” (César, 2000, p. 58).

Tal ausência de livros, incitados pela proibição da realização de impressão na colônia e pelo controle exercido pela metrópole portuguesa, chega a suscitar certas críticas, até mesmo entre historiadores católicos (Hoornaert, 1991; Hoornaert, Azzi et. al, 1992).

² Não foi encontrada a fonte primária que corrobore a afirmação de ter sido encontrado em um depósito na cidade de Recife cerca de 19 Bíblias e 84 Novos Testamentos naquela ocasião, conforme destacou Giraldi acima.

³ Além dos aspectos político e militar, esse período da dominação holandesa ficou marcado pelo conflito também nas questões religiosas entre católicos e protestantes. Na narrativa católica se tem o fato de que no dia 17 de julho de 1645, em Cunhaú (atual Canguaretama, Rio Grande do Norte) setenta fiéis católicos foram assassinados enquanto celebravam a missa. Três meses depois, no dia 3 de outubro de 1645, em Uruaçu (atual São Gonçalo do Amarante, Rio Grande do Norte), mais 70 fiéis católicos foram igualmente assassinados. Todas estas ações eram fruto da retaliação para com aqueles que não recusaram o catolicismo em detrimento da fé protestante dos invasores holandeses (Cf. Campos, 2017). Por outro lado, na narrativa protestante, se tem o fato de que após a expulsão dos holandeses, igrejas protestantes foram queimadas e parte dos índios que haviam se convertido ao protestantismo foram torturados ou mortos, caso não negassem a fé protestante. Alguns poucos que não foram recatolizados, conseguiram fugir. (Cf. Souza, 2013).

Entre outros, esses autores criticam o sistema do padroado régio e a convivência com a escravidão. Porém, acrescenta-se também à esta crítica o fato de que a ausência de livros instigou a consequente ausência da Bíblia na evangelização. Hoornaert, nesse sentido, lembra que “um cristianismo sem livros se torna em pouco tempo uma religião sem fundamentação bíblica, divorciada da teologia, uma prática de devoções e cerimônias sem ligações com a vida” (1991, p. 20).

Com o passar do tempo, com a repressão destinada às ordens religiosas no século XVIII, inclusive com a expulsão dos jesuítas do Brasil em 1759, os estudos exegéticos desenvolvidos no âmbito da Companhia de Jesus sofreram uma queda significativa, que, para Terra, “até hoje não logrou ser superada” (Terra, 1988, p. 13). Há de se lembrar ainda que neste mesmo período, o Iluminismo, com seus desdobramentos, causou significativo desgaste à difusão bíblica pelo mundo todo (Dreher, 2006). Em consequência, o século XIX ficou marcado pela “decadência da Igreja na Europa. Na teologia, o caos é total. Os excessos da crítica e do historicismo do liberalismo protestante levaram os católicos a se refugiar numa estagnação conservadora” (Terra, 1988, p. 15).

Essa realidade, de certa forma, interferiu no trabalho da Igreja Católica no Brasil. Conforme afirma Terra, com exceção dos jesuítas, durante certo tempo, por exemplo, “os sacerdotes tinham uma formação teológica muito precária” (1988, p. 40). Além de Terra, Azzi (1983) e Matos (2011), o primeiro um sacerdote salesiano e o segundo, membro da Congregação dos Irmãos (Fráteres) de Nossa Senhora Mãe da Misericórdia, ambos pesquisadores da História da Igreja, confirmam tal realidade. Mesmo com o incentivo do Concílio de Trento a respeito do estudo teológico, o primeiro seminário no Brasil levou mais de 250 anos para surgir, e os primeiros seminários que surgiram pouco contribuíram com a evangelização e a difusão das Escrituras (Terra, 1988). Foi um período de declínio em todo o mundo, o que também se refletiu no Brasil.

Giraldi (2012) e Terra (1988), todavia, também destacam um lado positivo. É justamente nesse período que duas importantes traduções da Bíblia em língua portuguesa foram desenvolvidas. A tradução completa da Bíblia de João Ferreira de Almeida foi publicada em 1753 (dois volumes) e a tradução completa da Bíblia de Antonio Pereira de Figueiredo foi concluída em 1790 (vinte e três volumes). Ambas as traduções foram publicadas em volume

único em 1819 (Almeida) e 1821 (Figueiredo), ainda que porções e revisões destes textos foram publicados muito tempo antes.

Vale ressaltar, ainda, que a tradução da Bíblia de Almeida foi realizada na Batávia, e a tradução da Bíblia de Figueiredo foi realizada em Portugal. O Brasil só recebeu essas Bíblias um pouco mais tarde, dificultando a difusão das Escrituras no Brasil em sua formação como nação. Paralelas a essas traduções, “dessa mesma época, são diversas as traduções parciais, sobretudo de Salmos ou de capítulos de outros livros da Bíblia” (Terra, 1988, p. 20). A maioria, mais uma vez, ficou restrita à Europa portuguesa.

Nesse sentido, Malzoni (2016) faz uma síntese do desenvolvimento e da difusão das Escrituras em língua portuguesa entre os séculos XIV e XVIII, ao destacar que em Portugal surgiram cerca de uma dezena de traduções de partes da Bíblia (Evangelhos, Atos, Epístolas ou alguns livros específicos do AT) ou de histórias bíblicas que eram, mormente, solicitadas por reis ou personalidades de destaque da nação portuguesa. Pouco se sabe quanto à chegada dessas Escrituras no Brasil. Uma exceção é apresentada por Giraldi (2012), ao descrever a história de um navio que, a caminho de Tranquebar (Sul da Índia), passou pelo Brasil e, mesmo após sua chegada ao destino,

Descobriu-se que ele havia deixado [...] uma caixa contendo 150 exemplares do Evangelho de Mateus, na tradução de João Ferreira de Almeida, publicados em Amsterdã, na Holanda, pela *Sociedade Promotora da Religião Cristã*. Esses evangelhos se destinavam às igrejas protestantes das Índias Orientais. Mas, não se sabe como, acabaram ficando no Brasil. E eles se tornaram os primeiros exemplares das Escrituras Sagradas em português a serem distribuídos no Brasil (Giraldi, 2012, p. 59).

Considerando que as traduções citadas por Malzoni (2016) foram desenvolvidas em Portugal e, com a exceção do relato de Giraldi (2012), quase nada chegou ao Brasil, o impacto no país é praticamente imperceptível do ponto de vista histórico da difusão bíblica. Konings (2003), ao comentar sobre o panorama das traduções da Bíblia no Brasil, segue este mesmo raciocínio. Para ele,

a Igreja Católica, até inícios do séc. XX, fomentava desconfiança em relação às traduções vernaculares, sendo a Vulgata considerada a tradução oficial para uso teológico e litúrgico. Assim, não se criou em português uma tradução católica padrão (como tampouco na maioria das outras regiões católicas). Nas regiões protestantes, ao contrário, as grandes traduções bíblicas se impuseram desde o início, acompanharam inclusive a

constituição das Igrejas e até contribuíram decisivamente para a unificação do idioma (Konings, 2003, p. 217)

Uma ressalva à afirmação de que a Bíblia, como um livro, esteve ausente, se constata pelo fato de Terra (1988) relatar ter encontrado edições da Bíblia de Figueiredo nos colégios jesuítas do Brasil⁴. Como e quando chegaram, não foi possível delimitar. De certa forma, podemos resumir que a Bíblia era lida e utilizada, ainda que pouco, durante o período colonial e essa percepção é compartilhada por pesquisadores católicos e protestantes. Cavalcanti, por exemplo, reforça que “nos quinhentos anos de história da Igreja em nosso Continente, o contato mais direto dos leigos católicos com a Sagrada Escritura começa a partir da década de 1960, sob o impulso do Concílio Vaticano II” (2007, p. 77). Giraldi, nessa mesma perspectiva, lembra que “o desinteresse da Igreja Católica em divulgar a Bíblia e o altíssimo índice de analfabetismo tornaram a Bíblia um livro desconhecido no Brasil desde a sua descoberta, no final do século XVI, até 1808, no início do Brasil Império” (2012, p. 51).

Conforme se constata, portanto, durante o Brasil Colônia, havia uma difusão indireta das Escrituras, por meio da arte, da música, da catequese, da pregação etc. Era uma difusão de conteúdo e não do livro em si. No relato de Terra (1988), por vezes, transparece a ideia de que o acesso à Bíblia era mais restrito ao clero e a alguns poucos estudantes do que ao povo propriamente dito.

Essa, entre outras, é uma significativa razão pela qual a distribuição de Bíblias iniciada pelos protestantes logo no início do Brasil Império logrou êxito. Durante cerca de 300 anos, a população do Brasil tinha conhecido as Escrituras por ouvir ou ver os relatos bíblicos. A partir da chegada de D. João VI no Brasil, com a abertura dos portos às nações amigas, o povo teve mais oportunidades de ter uma Bíblia em suas mãos.

A DIFUSÃO DAS ESCRITURAS SAGRADAS NO BRASIL DE TRANSIÇÃO ENTRE COLÔNIA E IMPÉRIO: A CHEGADA DAS BÍBLIAS

Como já se observou, o processo de evangelização no Brasil foi marcado pela presença predominante do catolicismo trazido pelos colonizadores portugueses. A Igreja Católica Apostólica Romana foi, de fato, a religião oficial do Brasil durante um longo período, desde o início da colonização, em 1500, até a Proclamação da República, em 1889. Em boa parte destes três séculos — cerca de 310 anos, aproximadamente — apenas o culto católico era oficialmente permitido, e apenas templos católicos podiam ser erguidos legalmente.

⁴ Vale ressaltar que os jesuítas foram expulsos do Brasil em 1759, e a Bíblia do Figueiredo é de 1790. O que poderia haver eram traduções parciais e incompletas da Bíblia em português, que já existiam desde a Idade Média.

Com exceção das duas “aventuras” protestantes relatadas, o protestantismo não encontrou espaço em terras “tupiniquins” (Hahn, 2011). Aliás, vale ressaltar que essas duas tentativas não aconteceram porque foram intencionadas como uma ação missionária de viés protestante, puramente. Elas surgiram motivadas e atreladas à tentativa também frustrada da França e da Holanda de colonizar essa região. Aqui, vale apenas lembrar que Bíblias foram trazidas, lidas e distribuídas no país nessas duas situações. Além do mais, ainda que a difusão tenha acontecido de forma relevante, principalmente no contexto holandês-nordestino, como se sabe, tudo se perdeu com a expulsão definitiva dos grupos do país. O que de fato prevaleceu nestes trezentos primeiros anos foi, portanto, o método de evangelização realizado pela Igreja Católica.

Deste modo, como se constatou, a Bíblia se tornou um livro praticamente desconhecido no país durante muito tempo. Além disso, na época em que a corte real portuguesa chegou ao Brasil, ou seja, cerca de pouco mais de trezentos anos após a descoberta do país, “não existiam gráficas e os livros não podiam ser importados. Não havia liberdade religiosa” (Giral-di, 2012, p. 11-12). Como se percebe, esses aspectos favoreciam, ainda mais, a escassez de Bíblias no país.

Como exemplo dessa realidade, Reily (2003) apresenta o teor da carta de um missionário metodista chamado Broadbent, que passou pelo Brasil a caminho do Ceilão, em 1816. Nessa carta, Broadbent relata um diálogo ocorrido no Rio de Janeiro com um padre de nacionalidade inglesa. Além de descrever aspectos sociais, políticos, econômicos e religiosos do Brasil, o missionário expressa gratidão a Deus pelo fato de ter nascido em uma terra de liberdade e de Bíblias, e conta, com surpresa, sobre a reação do sacerdote em relação à difusão das Escrituras. Broadbent diz que o padre se referia “às Escrituras como um *nariz de cera*, dizendo que não deviam ser colocadas nas mãos do vulgo” (Reily, 2003, p. 53). Por isso, sob raras exceções já apresentadas anteriormente, constata-se que poucas Bíblias (ou partes dela) chegaram às mãos dos brasileiros nos três primeiros séculos desde a descoberta do Brasil.

Essa realidade só se alterou, aos poucos, a partir da chegada de D. João VI ao Brasil, depois de fugir de Napoleão, que ameaçava investir contra Portugal. Aliás, como bem lembra Gomes, entre os 60 mil volumes que compunham os livros da Real Biblioteca, estavam também algumas “antigas cópias manuscritas da Bíblia” (2007, p. 78), ou seja, o próprio Rei se encarregou de trazer as suas Bíblias ao país.

Por outro lado, diante dos acordos comerciais firmados principalmente com a Inglaterra⁵ – país este que por meio da marinha inglesa garantiu a segurança da corte portuguesa e dos nobres em sua mudança para o Brasil (Gomes, 2007) –, Portugal se viu obrigado a flexibilizar sua rigidez religiosa, que era totalmente favorável e exclusiva aos católicos a fim de conceder certa liberdade religiosa a protestantes estrangeiros. Em um dos artigos desse acordo comercial, se “permitia ou tolerava a prática de outros cultos a cidadãos britânicos não católicos romanos dentro de certas limitações e restrições, desde que vivessem no Brasil” (Hahn, 2011, p. 22).

Como bem afirma Mendonça (2008), ainda que pouco se saiba sobre a presença de protestantes no país antes da chegada da Família Real, se sabe que, após a sua chegada e com a definitiva abertura dos povos às nações amigas, em 1808, muitos protestantes começaram a passar pelos portos brasileiros⁶ e alguns outros se mudaram para o país. O Brasil se abriu para o mundo e, principalmente no aspecto comercial, “os privilégios concedidos à Inglaterra foram superiores até mesmo aos que a metrópole portuguesa teria no Brasil de D. João” (Gomes, 2007, p. 207).

Foi, portanto, um tempo de preeminência inglesa no Brasil; “o país se encheu de ingleses” (Hahn, 2011, p. 22). Por conseguinte, foi dessa forma que os primeiros protestantes, com suas Bíblias, chegaram e foram difundindo-as no país⁷. Somente um pouco mais tarde ocorreu a autorização do culto anglicano e a consequente abertura de igrejas anglicanas⁸ (sem cruz e sem torre) para atender aos ingleses que residiam no país.

Diante dessa perspectiva histórica, é impossível falar da chegada do protestantismo no Brasil sem discorrer sobre o trabalho de difusão das Escrituras Sagradas no país. Essa pers-

⁵ De acordo com Gomes (2007), três acordos foram firmados entre Portugal e Inglaterra, mas o principal deles foi o Tratado de Comércio e Navegação, firmado em 19 de fevereiro de 1810. No artigo XII desse tratado, foi estabelecida a liberdade de culto aos ingleses e uma certa tolerância religiosa a não católicos estrangeiros que residiam no Brasil. A difamação contra o catolicismo e o proselitismo aos brasileiros estavam proibidos (cf. Reily, 2003).

⁶ Muitos capelães da marinha britânica começaram a atender os ingleses que passavam pelos portos brasileiros. Era inicialmente uma missão entre marinheiros, mas depois o projeto alcançou também os residentes ingleses. Reily destaca que capelanias foram estabelecidas no país e até mesmo uma organização denominada *South American Missionary Society* chegou a ser criada para missões no país (cf. REILY, 2011).

⁷ Com a abertura dos portos às nações amigas, não somente Bíblias vieram para o Brasil. Livros e outros produtos que não existiam no país tiveram sua entrada liberada.

⁸ A primeira capela protestante construída no Brasil foi fundada em 1822 com o templo da Igreja Anglicana no Rio de Janeiro (inaugurado em 25 de maio do mesmo ano). A construção não tinha aparência exterior de igreja (com torre e cruz); antes, era semelhante a uma residência.

pectiva é, por vezes, ignorada nos relatos históricos tradicionais (e exclusivistas) de muitas denominações (Reily, 2003).

Cabe destacar, portanto, que muito antes de qualquer igreja protestante ser estabelecida formal ou informalmente no Brasil imperial católico, a Bíblia já era disseminada pelos representantes ou apoiadores das Sociedades Bíblicas que viajavam para o Brasil. Alguns só passavam e partiam. Outros chegavam com missões específicas, seja para fixar residência e trabalhar, seja para observar a terra, a fim de que se pudesse, em um futuro breve, estabelecer uma missão/igreja protestante no recém-criado Império do Brasil.

Para cada missionário ou protestante que chegava ao Brasil, pelo menos inicialmente, o “propósito central era de levar outros a compartilharem os benefícios da Bíblia [...]” (Reily, 2003, p. 39). A Bíblia foi, portanto, o fundamento de toda e qualquer igreja protestante que chegou ao país.

Observa-se, portanto, que o desenvolvimento histórico das igrejas protestantes no Brasil, em suas múltiplas expressões denominacionais, está intrinsecamente relacionado à difusão das Escrituras, processo no qual as Sociedades Bíblicas desempenharam papel estruturante, ao viabilizar o acesso ao texto bíblico como fundamento normativo, simbólico e identitário dessas tradições religiosas. Esse fenômeno ocorreu em um contexto marcado pela predominância da matriz político-religiosa herdada do catolicismo lusitano, cuja presença hegemônica moldou o imaginário religioso nacional e impôs desafios significativos à circulação de ideias e práticas vinculadas ao protestantismo nascente.

A DIFUSÃO DAS ESCRITURAS SAGRADAS NO BRASIL IMPÉRIO: O TRABALHO DAS SOCIEDADES BÍBLICAS E AMPLA DISTRIBUIÇÃO DA BÍBLIA

Esta seção assinala não apenas a transição do Brasil de Colônia a Império, mas também a emergência de novas dinâmicas sociais, culturais e religiosas que reconfiguraram o cenário político-religioso. Contudo, antes de qualquer descrição, cabe uma pergunta intrigante: como uma Sociedade Bíblica, de origem inglesa – *British and Foreign Bible Society (BFBS)* –, criada em 1804⁹, poderia se interessar em distribuir a Bíblia em português? E, também, como essas

⁹ A primeira Sociedade Bíblica foi fundada em 1804, por iniciativa de diversos líderes cristãos na Inglaterra, com a

Bíblias poderiam chegar a uma colônia que era, de certa forma, menosprezada e distanciada da Europa? Em primeiro lugar, esta resposta fundamenta-se nos propósitos que orientaram o surgimento e a missão das Sociedades Bíblicas, cuja finalidade consistia em tornar as Escrituras acessíveis a todas as pessoas, em qualquer tempo e lugar, em uma linguagem que pudessem entender e a um preço que conseguissem pagar (Steer, 2004).

Da mesma forma, outra resposta é dada por Reily, quando afirma que “a primeira edição da Bíblia em português realizada pela *BFBS* nasceu do desejo da Sociedade de oferecer as Escrituras no vernáculo a refugiados portugueses na Inglaterra, quando Napoleão invadira Portugal” (2003, p. 77). Por tais fatos é possível perceber o quanto a loucura napoleônica em busca de poder instigou significativamente a difusão da Bíblia em Portugal e também no Brasil, visto que as publicações vieram a atender não somente Portugal, mas também suas colônias. No relatório anual de 1809 da *BFBS*, ou seja, um ano após a instalação do Império Português no Brasil, consta a seguinte descrição sobre tais fatos:

O grande número de imigrantes portugueses em Portsmouth e em outras partes da Inglaterra, e as dificuldades surgidas agora de comunicação de Portugal com suas colônias, nos levaram a tomar a decisão de imprimir uma edição do Novo Testamento para uso das pessoas de língua portuguesa (Giraldi, 2012, p. 79-80).

Portanto, já cinco anos após a sua fundação, a *BFBS* estendeu sua ação de difusão das Escrituras para os países de língua portuguesa, produzindo, segundo o mesmo relatório, cerca de 5 mil Novos Testamentos em português. Nos anos subsequentes, os relatórios da *BFBS* apresentam informações sobre a produção e a distribuição das Escrituras na língua portuguesa.

É importante ressaltar que, para realizar tal missão, as versões portuguesas das Bíblias distribuídas pela Sociedade Bíblica foram as mais populares e disponíveis para aquele momento, ou seja, a tradução de Almeida¹⁰ e a tradução de Figueiredo. Giraldi (2012) lembra inclusive que diversas reuniões foram realizadas na *BFBS* para discutir qual destas duas traduções deveria ser publicada e distribuída em língua portuguesa. As dúvidas que instigaram o tema giravam em torno do público-alvo (católi-

criação da *British and Foreign Bible Society* (Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira), cuja missão era promover a disseminação das Escrituras em âmbito mundial. Ao longo do tempo, inspiradas por esse modelo, diversas outras Sociedades Bíblicas foram estabelecidas em diferentes países, consolidando uma fraternidade mundial voltada ao acesso à Bíblia. Atualmente, a *United Bible Societies* (UBS) é uma rede mundial composta por 155 Sociedades Bíblicas independentes, operando em 240 países e territórios.

¹⁰ É importante lembrar que as primeiras edições de porções das Escrituras ou Novos Testamentos da Tradução de João Ferreira de Almeida, em português, foram impressas entre o final do século XVII e o início do século XVIII na Holanda, para serem utilizadas nas Índias Orientais, onde Almeida realizou seu trabalho de tradução e era pastor. Giraldi destaca que foram 13 edições durante esse período (cf. Giraldi, 2012).

cos ou protestantes) e da linguagem utilizada na tradução (Almeida erudita ou Figueiredo popular). Em 1817, a BFBS optou por trabalhar com as duas traduções: Almeida¹¹, para atender aos pedidos dos protestantes, e Figueiredo, para alcançar principalmente o público católico.

Essa última foi “a primeira tradução católica de toda a Bíblia para a língua portuguesa, feita pelo Padre Antonio Pereira de Figueiredo entre 1772 e 1790” (Giraldi, 2012, p. 29). Traduzida a partir da Vulgata, essa tradução foi muito bem-recebida pelos cristãos da época, tanto católicos como protestantes. É importante lembrar que Figueiredo só conseguiu realizar essa tradução graças a um novo direcionamento dado pelo Magistério da Igreja Católica. Malzoni (2016), ao dissertar sobre essa orientação, destaca que se trata de

uma modificação, introduzida, no espírito do Concílio de Trento, pelo papa Bento XIV, em 1757, na bula de Pio IV, de 1564, permitindo a publicação de traduções da Bíblia em línguas vernáculas, desde que fossem acompanhadas de notas e esclarecimentos tomados dos escritores patrísticos e de reconhecidos teólogos e aprovada pelas autoridades eclesiásticas (Malzoni, 2016, p. 44).

Giraldi (2012) e Malzoni (2016) lembram, entretanto, que em suas duas primeiras edições a tradução de Figueiredo foi condenada pelas autoridades católicas, visto apresentar em suas notas a defesa do regalismo, isto é, o direito de os reis interferirem em questões religiosas. A tradução, aliás, chegou a ser dedicada a D. João VI.

Para além desses aspectos, devido principalmente à fluência e ao estilo linguístico utilizado, muitos protestantes preferiram esta tradução em detrimento da tradução de Almeida. Consultada até mesmo como base para a elaboração de um dicionário, ela foi um verdadeiro clássico da língua portuguesa. Figueiredo chegou a destacar em seu prefácio que preferiu não seguir um princípio de tradução que se prendesse rigidamente à estrutura gramatical do texto original; antes, procurou “atender mais ao sentido do que às palavras” (Malzoni, 2016, p. 46). Portanto, ainda que procurasse seguir o original, ele se preocupou muito mais sobre como as pessoas entenderiam a mensagem.

Diante de tal aceitação, a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira publicou essa tradução pela primeira vez em 1821, com os livros deuterocanônicos. Em 1829, em uma nova publicação, estes livros foram retirados¹², visto que a publicação com os deuterocanônicos “não agradou os protestan-

¹¹ Ainda que a linguagem da tradução de Figueiredo fosse mais atual, com o passar do tempo, houve um preterimento pela tradução de Almeida pelo fato de ela ter sido traduzida diretamente dos originais hebraico, aramaico e grego, e não do latim, como era a versão de Figueiredo.

¹² Entre 1821 e 1826 as Sociedades Bíblicas debateram sobre a permanência (ou não) dos livros deuterocanônicos em suas publicações. A decisão final foi de que eles deveriam ser excluídos. A resolução, como se percebe, alcançou o Brasil na nova edição de 1829, já sem os deuterocanônicos (Cf. Steer, 2004).

tes de língua portuguesa” (Giraldi, 2012, p. 85). Todavia, mesmo diante de tais percalços, sucessivas edições e publicações da tradução de Figueiredo foram realizadas por ambas as Sociedades Bíblicas, *BFBS* e *ABS – American Bible Society* –, que atuaram no Brasil¹³. Distribuir a tradução católica de Figueiredo constituiu um cuidado importante para evitar problemas e diminuir uma possível resistência dos católicos brasileiros em receber uma Bíblia. Diante disso, muitos clérigos apoiaram o trabalho, e muitas pessoas puderam ler a Bíblia. Nessa perspectiva, Malzoni acrescenta:

Os missionários protestantes no Brasil seguiram três passos em relação à edição da Bíblia a ser apresentada aos brasileiros. O primeiro foi apresentar uma Bíblia sem notas e comentários. O segundo foi adotar a tradução do padre Antonio de Figueiredo. O terceiro foi mostrar que a tradução protestante de João Ferreira de Almeida não divergia substancialmente da tradução de Figueiredo. Havia uma tentativa de demonstrar que “não havia Bíblia falsa” e essa demonstração fazia apelo à razão (Malzoni, 2016, p. 141).

Considerando que essas traduções em português, tanto Almeida quanto Figueiredo, não foram realizadas e nem mesmo publicadas no Brasil, resta óbvio que algumas dessas Bíblias tenham chegado ao país por meio de imigrantes ou viajantes portugueses. Há, por exemplo, um registro de “um correspondente anônimo da *BFBS*, que distribuía Novos Testamentos em português a bordo de navios que deixavam Lisboa com destino ao Brasil” (Reily, 2003, p. 77). A partir deste exemplo, entre outros amplamente relatados por Reily, é possível perceber que “a natureza da disseminação da Bíblia no Brasil na década [de 1820] dependia da boa vontade de capitães de navio, de negociantes, de pessoal diplomático e militar e, naturalmente, dos capelães britânicos radicados nos importantes portos do país” (2003, p. 78).

Hahn, nesse mesmo sentido, afirma que as Bíblias enviadas para o Brasil pela Sociedade Bíblica “eram, em geral, remetidas juntamente com a bagagem de homens de negócios que simplesmente deixavam as caixas abertas nas docas à disposição dos interessados” (2011, p. 23). Alguns eram cristãos e compreendiam a missão; outros, eram simples homens de negócios que, ao serem procurados, traziam as Bíblias e as deixavam em qualquer lugar do desembarque nas docas.

É justamente nessa perspectiva que Léonard destaca o fato de muitos desses viajantes terem intencionalmente deixado as caixas de Bíblias “pura e simplesmente abertas nas alfân-

¹³ Malzoni lembra que até mesmo a Sociedade Bíblica do Brasil (SBB) chegou a publicar essa tradução em 1955. Até hoje essa tradução é publicada por outras editoras (Malzoni, 2016). Giraldi (2012) destaca que foi por meio dessa tradução que foi possível ter “a primeira Bíblia impressa no Brasil”, em 1864 pela Editora Garnier (RJ).

degas” (2002, p. 48). De certa forma, era uma estratégia, pois qualquer pessoa poderia pegar uma Bíblia dessas e ler. É claro que muitas dessas Bíblias foram destruídas (Hahn, 20110, mas, mesmo sob tais desafios, o objetivo da Sociedade Bíblica era de fazer com que essas Bíblias alcançassem as pessoas.

Reily (2003) destaca vários documentos importantes na perspectiva desse tema. Entre outros, o autor insere em sua obra uma carta de um viajante que passava pelo Brasil. Trata-se de uma mensagem escrita pelo Reverendo Boys, em 17 de dezembro de 1819, dirigida a um senhor chamado Charles Simeon. Boys era um capelão inglês na ilha britânica de Santa Helena (no Atlântico Sul) que, devido à doença de sua esposa, acometida enquanto estavam em viagem, teve de permanecer no Rio de Janeiro por algum tempo. Nessa carta, Boys descreve sua percepção sobre o Brasil, principalmente nos aspectos sociais e religiosos:

Não há escolas e nenhuma Bíblia à vista, exceto ocasionalmente, aqui e acolá, nas casas dos negociantes europeus. Certamente, isso é por demais triste — não devia nosso mundo cristão tomar sua atenção para esse lugar (?) [...] A distribuição também das Escrituras em português poderia ser efetuada. Não acho nada improvável que mesmo o rei João e o bispo romano com seu clero pudessem ser persuadidos a sancionar a distribuição [...] (Reily, 2003, p. 56).

O que destaca nas notas de Reily é que esta carta faz parte dos arquivos da *British and Foreign Bible Society (BFBS)* de Londres, criada 15 anos antes com o objetivo de levar a Bíblia para todo o mundo. Tal fato é extremamente relevante, pois “acredita-se que esta carta foi o catalisador da distribuição bem mais intensa e sistemática da Bíblia no Brasil pela BFBS” (Reily, 2003, p. 401). O relato de Boys se torna, então, intenso e cheio de significado para a difusão da Bíblia no Brasil. Em sua mensagem, ele chega a propor a criação de

Uma sociedade bíblica auxiliar, para facilitar a distribuição da Bíblia em português aos brasileiros. Sua carta, lida no Subcomitê para Impressão e Assuntos Gerais, a 27 de março de 1820, levou a BFBS a buscar contatos com “pessoas de influência nos Brasis” e, por meio delas, distribuiu-se considerável quantidade de Bíblias (Reily, 2003, p. 78).

Conforme se constata, portanto, a distribuição de Bíblias no Brasil começou a ocorrer de forma pontual e esporádica, e só a partir da década de 1820 se tornou mais significativa. Difundir a Bíblia no Brasil era, de fato, um enorme desafio. Dá para imaginar a grande dificuldade que Thompson, o primeiro agente oficial da *BFBS*, enviado para este lado do mundo,

teve para distribuir a Bíblia, pois sob sua responsabilidade estava praticamente toda a região da América Latina, do México à Argentina.

Por outro lado, vale ressaltar que a escassez de Bíblias em português no Brasil, percebida exaustivamente por muitos desses viajantes, está também atrelada à ausência de qualquer outro tipo de literatura no país. Gomes, nesse sentido, confirma tal narrativa dos estrangeiros ao descrever que uma “imagem muito frequente nesses relatos dos viajantes é a do analfabetismo, da falta de cultura e instrução” (2007, p. 267), que dominava as massas populares, a burguesia e até mesmo parte da alta nobreza. Contudo, “é bem verdade que os mosteiros e as catedrais eram quase que os únicos asilos das letras, tanto sagradas como profanas; mas sua atuação era modesta e restrita à satisfação de suas necessidades internas; não tinham a consciência de estar cumprindo uma missão social (Mattos, 1948, p. 37-38).

Portanto, se constata muita semelhança e certa unanimidade nas descrições históricas, firmadas nos vieses seculares e religiosos, do empobrecido contexto cultural brasileiro¹⁴, afinal, não havia uma política de alfabetização universal à época. É por isso que o relato de Boys ressalta igualmente a escassez de escolas e de Bíblias. Para o pensamento protestante, estabelecido sob os pressupostos defendidos na Reforma, essa era uma realidade distante do ideal, afinal a educação e a Bíblia eram importantes e sempre concomitantes na execução de qualquer missão protestante. Mendonça contribui nessa perspectiva quando lembra que

Sendo o protestantismo a “religião do livro”, deve ter surgido logo um severo embaraço para os missionários: o analfabetismo do segmento da sociedade que lhes oferecia espaços para a tarefa conversionista, o dos homens livres e pobres da população rural. Os protestantes têm como postulado básico de sua fé que a leitura da Bíblia, por si só, não somente instrui os indivíduos na religião, mas é instrumento de conversão. O próprio culto protestante exige a leitura, pois que seu material litúrgico são a Bíblia e o livro de hinos. Para atender a tal necessidade, os missionários colocaram ao lado de cada comunidade uma escola (Mendonça, 2008, p. 143-144).

¹⁴ Mesmo sob tal contexto, é importante lembrar que a situação educacional do país não era pior devido ao trabalho realizado pelos jesuítas. Desde a sua chegada no país em 1549, até 1759 – quando foram expulsos pelo Marquês de Pombal –, eles estabeleceram colégios em algumas regiões do Brasil colonial. Segundo Shigunov Neto e Maciel, foram criados, de fato, “18 estabelecimentos de ensino secundário, entre colégios e seminários”, além de escolas de ler e escrever em alguns povoados. Com a expulsão dos jesuítas, resta óbvio perceber que a educação se tornou cada vez mais precária, visto que, com o estabelecimento do novo governo, escolas foram fechadas sob a pretensão de se realizar uma reforma e centralizar o poder. (Cf. Shigunov Neto e Maciel, 2008).

Com efeito, o estímulo à leitura da Bíblia realizada pelos protestantes impulsionou a alfabetização no país. Obviamente, quando o autor se refere a protestantes, já fica subentendida uma percepção mais ampla da chegada de imigrantes de outras nações protestantes do mundo ao Brasil. De fato, para além da vinda dos ingleses, quer sejam viajantes ou residentes, D. João VI ampliou a possibilidade de outros povos migrarem para o Brasil. Na história, esse foi um tempo político em que se procurou povoar o Brasil, com suas dimensões continentais, por meio do trabalho de agricultores europeus (Figueredo e Zanelatto, 2017).

D. Pedro I seguiu à risca essa mesma política de D. João VI. Léonard destaca que principalmente dois fatos favoreceram a chegada dos imigrantes protestantes com suas Bíblias, a saber: “a disposição do Imperador e a necessidade que o Brasil tinha de imigrantes” (2002, p. 53). Assim, suíços e alemães, alguns católicos, mas a maioria protestante, também chegaram ao Brasil a partir de 1818. Alguns foram para Nova Friburgo e outros partiram para o Sul.

Dessa forma, “por volta de 1824, a mesma tolerância concedida à Igreja Anglicana Britânica pelo Tratado de Comércio de 1810 era estendida aos luteranos da Alemanha e da Suíça e a outros grupos evangélicos” (Hahn, 2011, p. 22) através da Constituição do Império, promulgada em 1824 (Brasil, 1824). Em seu artigo 5º, apesar de manter a Igreja Católica como Igreja oficial do Estado, abriu-se espaço para a prática do culto não católico no país. Já no artigo 179º, inciso IV, destacou-se a liberdade concedida pela Constituição para se expressar e publicar textos. E, em seguida, no inciso V do mesmo artigo, ficou proibida qualquer perseguição por motivos religiosos no país.

Entretanto, mesmo com essa liberdade de culto, havia um outro impedimento. Muitos desses imigrantes passaram a residir em regiões totalmente rurais, distantes dos grandes centros urbanos onde estavam localizadas as poucas igrejas protestantes que surgiram à época. Por isso, muitos deles “dependiam unicamente da leitura da Bíblia e do culto doméstico para a preservação da fé” (Reily, 2003, p. 58). A Bíblia foi, por assim dizer, o livro da esperança, que marcou a identidade e ajudou no desenvolvimento do povo alemão no Brasil imperial.

Assim como Boys, o pastor Karl Leopold Voges, um pregador superintendente das comunidades protestantes alemãs implantadas no Brasil, também escreveu uma carta para a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira de Londres, em 1827. A carta apresenta significativas informações sobre alguns aspectos sociais, religiosos e bíblicos daquele período:

Recebi corretamente a sua estimada carta do dia 27 de janeiro de 1826 e a fatura referente a cem Bíblias e 250 Novos Testamentos encadernados, os quais a mui respeitável Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira se tem designado outorgar para o bem da comunidade evangélica alemã de São Leopoldo e que foram enviados via Rio de Janeiro ao sr. M. Kay [sic]. Mas, visto que ainda não recebi esse presente, escrevi ao Sr. M. Kay indagando se essas Bíblias já chegaram ao Rio de Janeiro. Mandarei notícias sobre o recebimento correto [das Bíblias] o mais breve possível. V. Excia., bem como a mui respeitável sociedade tem manifestado o desejo de saber a respeito dos membros da minha comunidade [...] Faltam pregadores [...] V. Excia. e a Sociedade Bíblica Britânica e Estrangeira se dignam a oferecer-me um número maior de Bíblias para as comunidades alemãs no Brasil, em caso de necessidade. Por isso aceito a oferta benévola, pedindo mais oitocentas Bíblias e oitocentos Novos Testamentos de que necessito muito para a divulgação da religião cristã, a fim de poder suprir cada família com uma Bíblia ou com um Novo Testamento. Pois nos corações de todos os alemães, protestantes e católicos, se faz sentir penosamente a falta de diversos livros de edificação espiritual e nas famílias, as quais possuem uma Bíblia, as Sagradas Escrituras estão sendo lidas muito mais, e está lhes sendo atribuído um valor muito maior do que na Alemanha. [...] Sobretudo, peço duzentos Novos Testamentos em língua portuguesa para acender a luz verdadeira da Sagrada Escritura entre os pobres portugueses. [...] Entre os leigos, não se acha nem um Novo Testamento nem uma Bíblia inteira (Reily, 2003, p. 61-62).

A carta apresenta uma realidade desafiadora para os imigrantes alemães. E como já havia acontecido com os ingleses, mais uma vez, a Sociedade Bíblica externou sua preocupação de que Bíblias estivessem à disposição do povo alemão. As dificuldades de transporte são evidentes; as cartas já tinham chegado, mas as Bíblias ainda não. A falta de pregadores e de igrejas também demonstra as dificuldades de se manter o culto que eles estavam acostumados a praticar na Alemanha. Entre outros, ressalta a perspectiva missionária destacada no desejo de se difundir ainda mais a Bíblia visto a necessidade do povo brasileiro em relação às Escrituras e por isso solicitou que as Escrituras em língua portuguesa fossem enviadas ao país.

Mais uma vez, evidencia-se que o trabalho da Sociedade Bíblica no Brasil iniciado juntos aos imigrantes não deixou de lado a importância de o povo brasileiro também receber a Bíblia em sua própria língua. Foi, de fato, um trabalho desafiador e, de certa forma, perigoso diante das restrições que eram impostas aos protestantes naquele período. Aliás, essa realidade tênue prevaleceu por todo o período do império. A liberdade religiosa de forma plena só “veio acontecer com a Proclamação da República em 15 de novembro de 1889 e com a desoficialização da Igreja, em janeiro de 1890” (Hahn, 2011, p. 23). Percebe-se que, durante este período, progressivamente, “foi sendo reduzida a hegemonia católica e os protestantes foram conquistando o seu lugar no espaço social brasileiro. Vieram, espalhando suas Bíblias e praticando seu culto dentro das normas legais restritivas” (Mendonça, 2008, p. 42).

Portanto, por longas décadas, isto é, cerca de 70 anos, a difusão das Escrituras se desenvolveu sob momentos tensos no contexto político-social-religioso do Brasil, mas também frutíferos para a difusão da Bíblia e para a implantação definitiva da fé protestante no Brasil. Nesse sentido, Mendonça acrescenta que

a liberdade para vender e distribuir Bíblias por parte de agentes das sociedades bíblicas estrangeiras, bem antes da chegada e estabelecimento das missões protestantes, constituiu-se num fator ponderável da estratégia protestante de penetração (Mendonça, 2008, p. 44).

Para Léonard, essa estratégia foi estabelecida porque “o Brasil não se encontrava ainda preparado para os métodos habituais de evangelização anglo-saxônica” (2002, p. 48). Por isso, os primeiros missionários e representantes das sociedades bíblicas que chegaram ao país optaram estrategicamente pela difusão das Escrituras antes de qualquer pregação. Aliás, como já dito, essa difusão se deu, em sua maioria, por meio de Bíblias com a tradução católica do padre Figueiredo¹⁵; poucas dessas Bíblias, portanto, eram com a tradução de Almeida, um pastor reformado. Mais importante do que qualquer discussão sobre o cânon ou sobre a tradução ser católica ou protestante, estava a difusão da Bíblia. A distribuição da Bíblia, por si só, deve ter instigado a leitura de muitas pessoas, seja pela curiosidade, seja pelo desejo de aprender um pouco mais sobre aquele livro desconhecido. Portanto, pode-se dizer que foi a difusão da Bíblia que impulsionou o surgimento e o desenvolvimento das missões e igrejas protestantes no país.

Entre a chegada dos primeiros exemplares da Bíblia (1814) e a chegada do primeiro missionário protestante, cujo ministério não foi interrompido (1855), há um espaço de 41 anos. Isso significa dizer que as Escrituras Sagradas precederam a implantação das primeiras igrejas evangélicas brasileiras (César, 2000, p. 70).

Nessa mesma perspectiva, Hahn (2011) afirma não haver dúvidas de que a grande influência na realização dos primeiros cultos protestantes no Brasil se deu como decorrência da ampla distribuição de Bíblias que já ocorria por todo o país. Léonard (2002) segue o mesmo raciocínio, quando afirma que, antes de qualquer tentativa de implantação de igrejas protestantes entre os brasileiros, ocorreu a difusão das Escrituras, por meios das Sociedades Bíblicas

¹⁵ Essa Bíblia tinha a autorização da hierarquia católica e alcançou ampla aceitação entre o povo brasileiro.

inglesa e americana. Foi uma estratégia que abriu espaço e ganhou terreno em um país que era oficial e majoritariamente católico.

De fato, não restam dúvidas: antes do estabelecimento de igrejas e da realização de liturgias propriamente ditas, a difusão da Bíblia se desenvolveu por meio da leitura e da realização de estudos bíblicos em muitos vilarejos, sem a presença oficial de qualquer pastor ou missionário. Era um povo com a Bíblia e nada mais. Citando um documento de 1878, do pastor metodista J. J. Ranson, que viajou pelo Brasil a pedido da Igreja Metodista, Hahn descreve a alegria e o espanto do pastor ao perceber o quanto a Bíblia tinha sido espalhada em numerosos exemplares pelo interior do país. E acrescenta ainda que

este é um importante e revelador documento a respeito da extensão e dos efeitos da distribuição da Bíblia no Brasil. Cerca de 1878, as Bíblias e Novos Testamentos eram vendidos, distribuídos e doados em muitos lugares do Brasil onde os missionários ainda não haviam chegado. Centenas e milhares de pessoas receberam a Bíblia, leram-na e compreenderam o suficiente para desejar um culto tal qual escrito em suas páginas. Formaram-se pequenas congregações leigas para ler e estudar esse livro antes mesmo de que qualquer ministro ordenado chegasse (Hahn, 2011, 274).

Diante de tais fatos, conclui-se alguns aspectos importantes a respeito desse momento histórico, os quais, aos poucos, impulsionaram a difusão das Escrituras, a saber: ainda que com certas restrições, o Brasil se tornava mais tolerante no aspecto religioso; muitos imigrantes protestantes chegavam ao Brasil e, com eles, o apreço pelas Escrituras; os portugueses e os brasileiros, em sua maioria, desconheciam as Escrituras e cada vez mais pedidos surgiam sob a expectativa de se disponibilizar a Bíblia. Deste modo, a difusão das Escrituras no Brasil, realizada pelas Sociedades Bíblicas, foi um marco importante que os primeiros documentos registraram sobre a chegada da fé protestante ao país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A difusão das Escrituras no Brasil, ao longo do período colonial e imperial, revela a complexidade das relações entre fé, poder e cultura em contextos marcados pela herança do padroado português. Inserido em uma lógica de associação entre Coroa e Igreja, o modelo de evangelização implantado no Brasil privilegiou a mediação clerical do conteúdo bíblico, valorizando formas orais, simbólicas e visuais de transmissão da fé. Tal estratégia refletia uma concep-

ção de religiosidade integrada às dinâmicas sociais e políticas do tempo, voltada à formação de uma identidade cristã sob a orientação da Igreja Católica.

Longe de se restringir a uma leitura simplista ou reducionista, essa configuração eclesial contribuiu para a formação de uma cultura religiosa profundamente enraizada no imaginário coletivo brasileiro, na qual a presença da Bíblia — embora não disponível em sua forma escrita — se manifestava de maneira significativa nas práticas catequéticas, litúrgicas e artísticas. O modelo missionário desenvolvido por ordens como a Companhia de Jesus, especialmente no contato com os povos originários, exemplifica esse esforço de inculturação e pedagogia da fé.

Com a chegada da Corte portuguesa ao Brasil e as transformações políticas e econômicas decorrentes da abertura dos portos, inicia-se um novo ciclo de circulação de ideias, agentes e materiais religiosos. Nesse cenário, a atuação das Sociedades Bíblicas — sobretudo a *British and Foreign Bible Society* — representou uma nova abordagem de difusão das Escrituras, marcada pelo acesso direto ao texto bíblico em língua portuguesa e por uma proposta de democratização da leitura individual da Bíblia. Tal movimento não se opôs frontalmente às tradições religiosas existentes, mas ampliou o espectro de experiências possíveis de contato com o texto sagrado.

A interação entre essas duas matrizes — a tradição católica herdada do padroado e a proposta protestante de leitura bíblica autônoma — constitui um momento chave na formação do campo religioso brasileiro, sobretudo na transição do Brasil Colônia ao Brasil Império. Esse processo colaborou, de maneira indireta, para a reconfiguração de práticas religiosas, linguagens da fé e formas de pertencimento, no contexto de uma sociedade cada vez mais plural em sua composição cultural e confessional.

Portanto, a história da difusão da Bíblia no Brasil, ao invés de ser vista como um simples contraponto entre ausências e presenças, revela um processo gradual, marcado por mediações, resistências e ressignificações. Compreender essa trajetória à luz das dinâmicas do mundo lusófono — especialmente no que se refere à articulação entre política religiosa, práticas missionárias e circulação de saberes — permite lançar novos olhares sobre os modos como as Escrituras foram incorporadas, vividas e transformadas nos contextos coloniais e pós-coloniais da história do cristianismo em língua portuguesa.

REFERÊNCIAS

AZZI, Riolando. A Instituição eclesiástica durante a primeira época colonial. In: HOORNAERT, Eduardo (org.) **História da Igreja no Brasil**. Ensaio de interpretação a partir do povo. Petrópolis: Vozes, 1983

BRASIL. Constituição (1824). **Constituição Política do Império do Brasil**. Elaborada por um Conselho de Estado e outorgada pelo Imperador D. Pedro I, em 25.3.1824.

CAMPOS, Jose Freitas. **O sangue dos mártires**: A história dos primeiros mártires do Brasil. São Paulo: Loyola, 2017

CAVALCANTI, Tereza Maria Pompéia. A leitura popular da Bíblia e a V Conferência do CELAM. **Atualidade Teológica**, ano XI, n. 25, jan./abr. 2007, pp. 76-103.

CÉSAR, Elben Magalhães Lenz. **História da evangelização do Brasil**: dos jesuítas aos neopentecostais. Viçosa: Ultimato, 2000

DREHER, Martin Norberto. **Bíblia**: suas leituras e interpretações na História do Cristianismo. São Leopoldo: CEBI e Sinodal, 2006.

GIRALDI, Luiz Antonio. **A Bíblia no Brasil Império**: Como um livro proibido durante o Brasil colônia tornou-se umas das obras mais lidas nos tempos do Império. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2012.

GIRALDI, Luiz Antonio. **A Bíblia no Brasil República**: Como a liberdade religiosa impulsionou a divulgação da Bíblia. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2013.

GOMES, Laurentino. **1808: como uma rainha louca, um príncipe medroso e uma corte corrupta enganaram Napoleão e mudaram a história de Portugal e do Brasil**. São Paulo: Planeta do Brasil, 2007

FIGUEREDO, Luiz Orencio; ZANELATTO, João Henrique. Trajetória de migrações no Brasil. **Acta Scientiarum**. Humam and Social Sciences. Maringa, v. 39, n. 1, Jan.-Apr. 2017, p. 79

HANH, Carl Joseph. **História do culto protestante no Brasil**. São Paulo: ASTE, 2011.

HOORNAERT, Eduardo; AZZI, Riolando [et al.]. **História da Igreja no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1992;

HOORNAERT, Eduardo. **Formação do catolicismo brasileiro**. Petrópolis: Vozes, 1991.

KONINGS, Johan. Tradução e traduções da Bíblia no Brasil. **Persp. Teol.** 35, 2003, pp. 215-238.

LÉONARD, Émile-Guillaume. **O protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 2002.

MALZONI, Cláudio Vianney. **As edições da Bíblia no Brasil**. São Paulo: Paulinas, 2016.

MATOS, Henrique Cristiano José. **Nossa história: 500 anos de presença da Igreja Católica no Brasil**. 3ª ed. Tomo 1. São Paulo: Paulinas, 2011

MATTOS, Luiz Alves de. **Primórdios da educação no Brasil: o período heróico (1549-1570)**. Rio de Janeiro: Aurora, 1958

MEIN, John. **A Bíblia e como chegou até nós**. Rio de Janeiro: JUERP, 1990.

MENDONÇA, Antônio Gouvêa. **O celeste porvir: a inserção do protestantismo no Brasil**. São Paulo: EDUSP, 2008.

MILLER, Stephen; HUBER, Robert. **A Bíblia e sua história: O surgimento e o impacto da Bíblia**. Barueri: Sociedade Bíblica do Brasil, 2006.

NUNES, J. H. **Dicionários no Brasil: análise e história**. Campinas: Pontes Editores; São Paulo: FAPESP, 2006

REILY, Duncan. **A história documental do protestantismo no Brasil**. São Paulo: ASTE, 2003.

SHIGUNOV NETO, Alexandre; MACIEL, Lizete Shizue Bomura. O ensino jesuítico no período colonial brasileiro: algumas discussões. *Educar*, Curitiba, n. 31, 2008

STEER, Roger. *Good News for the World, 200 years of making the Bible heard: the story of Bible Society*. Oxford, UK; Grand Rapids, Michigan: Monarch Books, 2004.

SOUZA, Jaqueline de. **A Primeira Igreja Protestante do Brasil: Igreja Reformada Potiguar [1625-1692]**. São Paulo: Mackenzie, 2013.

TERRA, João Evangelista Martins. **A Bíblia na evangelização do Brasil**. São Paulo: Loyola, 1988.

VAINFAS, Ronaldo. **Trópico dos pecados: moral, sexualidade e inquisição no Brasil**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1997

ABSTRACT:

This article investigates the historical process of dissemination of the Holy Scriptures in Brazil, from the colonial period to the early Empire, with a focus on the role played by Bible Societies. The analysis begins with the Catholic evangelization linked to the Portuguese *padroado*, a political-religious structure that emphasized mediated access to the biblical content through oral catechesis and sacred art. With the arrival of the Portuguese royal court in Brazil in 1808 and the increasing presence of foreign Protestants, access to printed Scriptures expanded, especially through the efforts of the British and Foreign Bible Society. The study adopts a historical-documentary approach, based on primary sources and specialized literature, to understand how Bible dissemination strategies contributed to new forms of religiosity and religious literacy in Brazil. It concludes that the circulation of the Scriptures, initially limited, gradually expanded and influenced the configuration of the religious field in the Lusophone context.

Keywords: Bible; Colonial Brazil; Imperial Brazil; Bible Societies.

Recebido em 20/05/2024

Aprovado para publicação em 27/05/2024